

EMPREGABILIDADE, COMPETÊNCIAS E DESQUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES: A DANÇA DAS PALAVRAS SOBRE O SOLO REAL DAS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS

Enéas de Araújo Arrais Neto¹

Ao longo das duas últimas décadas, os debates ocorridos na área das ciências humanas tiveram como pano de fundo a percepção de transformações de grande impacto nos modelos produtivos anteriormente estabelecidos (hegemônicos), incluindo os paradigmas organizacionais do trabalho e o tipo de tecnologia aplicada à esfera da economia e à vida social. Articulados a essas transformações produtivas, presenciamos, igualmente, modificações substanciais na organização e atuação da política institucional – o Estado, assim como nas formas de expressão cultural paradigmáticas de um modelo social anteriormente vigente, cuja imposição era mundialmente uniforme a partir da matriz euroamericana da assim chamada modernidade.

De fato, as duas últimas décadas viram sucumbir o modelo político do Estado do bem-estar social, com a emergência alardeada e “triumfante” do neoliberalismo, trombeteado como a solução para os males da ineficiência social do Estado, tachado de assistencialista e intervencionista, fosse ele de padrão social-democrático, liberal-democrático ou do “socialismo real”. Paralelamente, presenciava-se a emergência de amplo movimento cultural denominado pós-modernismo, que chegou a sugerir, para alguns, a instauração de um modelo societário profundamente diverso dos padrões anteriores. Esse novo paradigma social, com determinações amplas sobre todos os aspectos da vida humana, refletindo a exaustão dos referenciais do mundo moderno, determinaria a emergência da pós-modernidade.

¹ Doutor em Educação, prof. adjunto da Universidade Federal do Ceará e coordenador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional (Labor).

Desgastado após alguns anos o apelo da pós-modernidade, isto é, esgotadas a possibilidade e a condição mesma de viabilidade de mercado da exploração midiática da "novidade", resta a difusão do niilismo social, advindo do desencanto com a "liberdade e democracia", ocasionado pela fragmentação dos referenciais culturais. Observe-se, nesse quadro, que o discurso e as análises da pós-modernidade abstiveram-se, salvo exceções, de considerar a relação do suposto "mundo novo" com sua base produtiva real. Permaneceu obscurecida a filiação do mundo, dito pós-moderno, ao velho modo de produção capitalista. Vale lembrar a perspicácia da poesia de Brecht (1990, p. 219), na *Parada do Velho Novo*:

Eu estava sobre uma colina e vi o velho se aproximando
mas ele vinha como se fosse o Novo. Ele se arrastava em
novas muletas, que ninguém antes havia visto,
E exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes
havia cheirado. [...] Em torno estavam aqueles que instilavam
horror e gritavam:
aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos
como nós! [...]

Mantém-se forte, entretanto, a vertente política do neoliberalismo, que tem como alicerce real de seu projeto de hegemonia social burguesa as transformações ocorridas no campo da produção econômica de teor capitalista. Alguns aspectos desse neoliberalismo, "embrulhados" por um discurso pseudoprogressista, encontraram guarida nas áreas de trabalho e educação e sociologia do trabalho, entre outras, nas ciências sociais e humanas, afirmando-se como um viés monolítico, uniformizador das análises e propostas aí produzidas. Nas próprias palavras de alguns epígonos dessa corrente, estaríamos diante de uma "via única"² de encaminhamento da realidade.

Mais especificamente, as questões ligadas à qualificação profissional, decorrentes de estudos das modificações produtivas e sistêmicas globais, refletem equívocos e, em alguns

² Ver PAIVA, Vanilda. Inovação tecnológica e qualificação. *Educação e Sociedade*, n. 50, abr., 1995.

casos, enfoques intencionalmente "ideológicos" sobre os quais necessitamos desenvolver nossa crítica. A importância da perspectiva crítica, estabelecida a partir de uma análise histórico-dialética dos processos produtivos (e reprodutivos) de nossa sociedade, evidencia-se como central na constituição das lutas e da resistência dos setores progressistas em contraposição aos encaminhamentos dominantes, apresentando no poder das políticas de Estado seu maior trunfo.

O estabelecimento da contraideologia, no sentido inverso desse senso comum "cientificamente produzido", constituiu-se de dois momentos coetâneos: o desmascaramento do caráter ilusório das versões conservadoras, apologéticas da forma assumida pelo processo social-produtivo capitalista, e a proposição de novos encaminhamentos, vislumbrando as saídas potenciais a partir das contradições inerentes aos processos dominantes.

As diversas versões conservadoras partem de alguns pressupostos gerais comuns, explicativos dos processos de transformação produtiva e social. O principal deles se refere à amplamente difundida concepção de que estaríamos vivenciando uma revolução tecnológica e organizacional na produção, determinando consequências sobre a esfera do consumo e o modo de vida planetário em geral. Essas transformações, por sua vez, engendrariam um novo quadro de divisão internacional do trabalho em que a educação seria a chave do acesso ao desenvolvimento econômico-social (num retorno disfarçado às teorias do capital humano). Desta feita, inclusive, os novos modelos de organização do trabalho estariam levando à qualificação politécnica dos trabalhadores, ultimamente definida pelo recurso à concepção das "competências" necessárias à manutenção da condição de integrados ao mercado de trabalho.

O simples fato de que se permaneça interessante ao voraz mercado humano em que se constituiu o mundo dos parques empregos inseguros e temporários é hoje o limite de civilidade apontado pela pregação dos sacerdotes do capital. Tornada responsabilidade individual, em contraposição ao enfoque anterior, no qual o emprego deveria ser garantido pelas políticas

públicas, individualiza-se igualmente a culpa pela exclusão direta do mundo produtivo. Difunde-se a ideia de *marketing* pessoal e desenvolvimento das competências profissionais para constituir, assim, a chamada "empregabilidade".

A reincorporação de tarefas aliada à liberação do tempo, permitidas pelo avanço tecnológico, estariam, no dizer dos ideólogos mais otimistas, construindo, juntamente com a elevação da produtividade social, a sociedade da abundância, do lazer e do tempo livre. O capitalismo "triunfante", como modelo social "vencedor", não apenas se afirmaria como modo de produção mais forte, mas como ferramenta de elaboração de felicidade social, ao final das contas.

Obviamente, permanecem, teimosamente, os elementos da realidade a desafiar essas leituras da utopia funcionalista. Por um lado, a possibilidade de utilização ampla das faculdades humanas continua a ser desdenhada pela especialização estrita, com seu retalhamento do processo produtivo, tanto em termos das ações mecânicas gestuais, quanto no que se refere aos elementos conceituais, tecnológicos e científicos que definem e subsidiam a produção. Pelo lado da liberação do tempo da produção, da emergência da sociedade do tempo livre e do lazer, a quimera se revela ainda mais perversa na medida em que se estabelece o quadro oposto, isto é, a ampliação da jornada de trabalho aliada à sua intensificação.

O uso intensivo da tecnologia, ao lado dos novos processos de organização do trabalho mais eficientes para o capital, reduz a porosidade da tessitura produtiva e produz mais desgaste e mais estresse humanos. A redução do tempo de trabalho necessário à produção, em vez de reduzir a jornada global do trabalho, redundando em um crescente nível de desemprego que é alcunhado de estrutural, obscurecendo seu caráter de determinação política classista. Diz com todas as letras: não há desemprego estrutural! O que se tem é a estrutural redução do tempo de trabalho necessário à produção, que poderia redundar em tempo livre para todos. Submetida à lógica capitalista, essa redução torna-se duplamente perversa sob a forma de desemprego de muitos e ampliação da jornada dos

poucos funcionários remanescentes. Esses resultados sociais seriam certamente outros sob uma sociabilidade determinada pelos valores humanos e não pelo capital.

Quando não se acena com a fantasia da plenitude do desenvolvimento social sob o modo de controle social metabólico do capital, empunha-se o argumento de que, não havendo opções ou saídas possíveis ou viáveis para as razões do capital, nada nos restaria a fazer senão nos conformarmos a ela e nos engajarmos na competição encarniçada pelos melhores lugares sociais. A educação, mais uma vez, é acenada como ferramenta dessas batalhas de uma guerra globalizada. Essa verdadeira *belum omnia erga omnes* não se configuraria apenas como campo para disputas individuais em torno das poucas vagas de trabalho disponíveis no mercado, mas como palco de embate entre nações, cujo maior ou menor nível de qualificação da mão de obra determinaria sua posição na hierarquia da nova divisão internacional do trabalho capitalista.

Nesse quadro geral, por si já bastante sombrio, algumas respostas de setores supostamente de esquerda ("terceira via", "nova esquerda", "regulacionistas" e outros sem denominação definida), apontando, em graus maiores ou menores, para a adequação reformista ao sistema global do capital (algumas, como a "terceira via", no grau mais ínfimo possível), apesar de alardeados como "a opção viável", demonstram-se claramente como simples facetas do continuismo político e econômico, levemente travestidos de "alternativas". A refutação de suas propostas políticas passa pela negação não apenas das propostas em si, mas inclui o embate com seus pressupostos de leitura da realidade – o enfoque teórico que confere estofamento às suas análises.

Faz-se necessário, nesse contexto em que se digladiam perspectivas diversas acerca dos processos de mundialização do capital ou, expresso de outra forma, de constituição de uma nova organização sistêmica do capital global, estabelecer uma leitura ao mesmo tempo totalizadora e complexa da realidade. Essa perspectiva, partindo das contribuições dos grandes teóricos que formam a base da crítica da economia

política – materialismo histórico, Marx e Engels (1975), e incluindo os já grandes atualizadores posteriores e de nossos tempos, como Gramsci (1978a, 1978b), Lucáks (1980), Mészáros (1995, 1998), Kosik (1998), *inter alii* –, deverá incorporar ainda as contribuições setoriais ou parciais importantes de outros estudiosos e pesquisadores dos âmbitos geral e local articulados. Somente assim desenvolveremos uma leitura ampla e coerente que poderá ser o sustentáculo de uma crítica radical aos encaminhamentos sociais, políticos e econômicos do sistema global do capital.

Considerando a base dessa leitura crítica, outro aspecto chama a atenção na condição de elemento profundamente relacionado não apenas aos encaminhamentos gerais da mundialização capitalista, mas à necessidade de submissão e exploração do trabalho que constituem o núcleo irredutível – essencial das relações de produção e reprodução social metabólicas do capital: o da qualificação-desqualificação do trabalho. No que diz respeito a esse aspecto, os principais pontos a destacar no debate atual são, por um lado, a discussão acerca do caráter qualificador ou desqualificador da força de trabalho assumido pelos novos modelos de organização da produção capitalista, articulados à implementação das novas tecnologias, e, por outro, vinculada ao primeiro, a própria concepção de classe trabalhadora e do trabalho industrial capitalista. Essas concepções variam dos enfoques fragmentários e divisionistas à percepção de unidade da classe trabalhadora em oposição ao capital. Essa última perspectiva, centrada na compreensão marxiana, recuperada também por Mészáros, da totalidade do trabalho, abre a possibilidade da efetivação subjetiva-política de uma ação que, engendrada pelas contradições objetivas da superexploração do trabalho sob o capital, supera (dialeticamente incluindo) a pura perspectiva de classe, apontando para a emancipação do gênero humano.

Em todos os enfoques criticados, é interessante perceber como a perda da dialeticidade da análise é o elemento que leva aos desvios e equívocos comprometedores de suas postulações. Apontar os aspectos objetivos da globalização

como elementos definitivos e irredutíveis do atual momento histórico nacional e mundial é uma postura cômoda e de bom tom entre os analistas e intelectuais, mesmo entre alguns que mantêm vinculação com os movimentos sociais e populares. É necessário, entretanto, observar as contradições dessa forma atual da reprodução do capital, procurando compreender as diversas possibilidades de desenvolvimento abertas à ação social-coletiva que possa encaminhar as transformações num sentido progressista. A internacionalização da produção e dos mercados, a liberdade de o capital produtivo e financeiro moverem-se sem fronteiras, a condição mundializada de exploração da força de trabalho e de matérias-primas, a hegemonia do capital financeiro sobre os setores produtivos, todos são fatos concretos e objetivos que definem a presente forma da reprodução do capital em sua nova fronteira mundial.

A escolha sobre qual caminho social e econômico seguir entre os vários possíveis, inclusive o refluxo da globalização, é opção que envolve escolhas políticas marcadas pela subjetividade que, mesmo não se impondo como definitiva, redirecionará a objetividade daquela dinâmica histórica. O desenvolvimento das propostas econômicas, sociais e políticas liberais, submetendo as sociedades à regra geral da lucratividade, mercantilização de todas as relações e competição social, é resultado também de políticas deliberadas de governos no embate com a resistência explícita ou velada dos setores subalternos.

O argumento da objetividade da globalização, dos caminhos que esta tem seguido e da lógica do capital que lhe é subjacente, com seus aspectos centrais da mercantilização generalizada da sociedade, da competição excludente, do individualismo exacerbado, da destruição da estrutura de serviços públicos, entre outros aspectos, é verdadeiro, mas parcial. Sua apresentação como trilha única a seguir, como direcionamento natural-histórico, determinação contra a qual resistir é não somente absurda, mas contraproducente, é um discurso ideológico no sentido estrito do termo: reflete uma intenção política classista de estabelecer como hegemônicas ideias que interessam somente a determinados setores e gru-

pos sociais. De fato, a objetividade é elemento determinante dos encaminhamentos históricos, mas o que define a fronteira da sociedade humana, separando-a do mundo animal, é a possibilidade de superação da mera objetividade dos fatos e processos naturais e sociais.

A subjetividade, baseada na ética ou na estética, levando à emergência social dos valores humanos (humanistas), tem poder de intervenção e modifica o curso objetivo dos acontecimentos pela ação social, sendo este o caráter distintivo da sociedade humana. O resultado da dinâmica histórica será sempre uma unidade complexa e dialética entre a subjetividade humana e a objetividade estrutural (das "leis" naturais e sociais). A submissão completa das intenções humanizadoras à política do capital é o resultado, também, de projetos políticos e ação social de seus representantes. Essa ação, socialmente parcial, classista ou grupal, foi bem-sucedida em estabelecer uma visão de senso comum que inclui também as ideias de inevitabilidade e irreversibilidade da globalização capitalista.

Esses pontos são o centro gravitacional em torno do qual se movimentam a compreensão e as discussões das propostas políticas em jogo no Brasil de hoje. Vinculados a eles, discutem-se a objetividade do momento atual da reprodução do capital e a questão do papel possível para o Estado nesse novo quadro estrutural. Se temos o intuito de tecer considerações críticas a esse respeito, é necessário refletir sobre o papel historicamente desempenhado pelo Estado, como forma política assumida pela conjunção de forças sociais em cada momento histórico. Ao longo do século XX, a conformação predominante assumida pelos estados nacionais o levou a assumir o aspecto de organizador e provedor dos serviços públicos.

Por um lado, a existência de valores e práticas de solidariedade social entre as classes subalternas, ao lado da existência de instituições sociais públicas voltadas para o "cuidado" dos mais pobres, é um fato histórico já reportado por Engels, em sua obra clássica *A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1973). Refletindo sobre as condições de exploração

dos trabalhadores no século XIX e as correlações de força daquele momento, segundo os testemunhos arrolados, o montante desta solidariedade autônoma e informal excedia aquele da "caridade oficial" burguesa institucional. Ora, com o avanço das lutas, organização e mobilização social, o Estado europeu foi assumindo mais e mais o espaço de provedor de serviços sociais que garantissem um padrão mínimo de dignidade à massa dos assalariados, prevenindo o aguçamento extremo da miséria e suas consequências, sob a forma de inquietação social e política.

Ao longo do século XX, após décadas de expansão dos serviços e instituições públicas voltados para o estabelecimento do Estado do bem-estar social, o (neo)liberalismo retornou como ideologia hegemônica das classes dominantes, premidas pela crise do modo de regulação social fordista. Com o liberalismo de volta, os setores dominantes encetam um grandioso esforço de propaganda para justificar o real ataque ao espaço de riqueza representado pelo setor público, ataque que assumiu e ainda assume as formas mais variadas, mas que, por qualquer delas, seja via privatização direta³, seja pela liquidação de instituições e órgãos governamentais, tem sempre a mesma finalidade: aumentar a lucratividade social do capital.

Na verdade, ambos os procedimentos implementados têm este fim comum: com a liquidação direta do Estado, busca-se a redução de custos "sociais" com os setores subalternos e se estabelece, além disso, a possibilidade de redirecionamento dos anteriores gastos sociais para os setores comercial, industrial e financeiro do capital; pela privatização direta transfere-se abertamente patrimônio público para bolsos particulares, num processo perverso que demandaria, por si, uma exposição completa que não é a intenção deste trabalho.

Ora, num quadro assim, a nova cultura hegemônica define uma opinião de senso comum contrária à instituição pública, ao passo que se mantém, de forma agravada, a situação que

³ E aqui estamos considerando o processo de forma genérica, sem nos atermos às constantes fraudes que marcaram a venda das estatais no Brasil.

engendra a miséria e a exclusão sociais crescentes. Reforça-se, dessa forma, a necessidade premente do assistencialismo e do provimento de serviços básicos à população mais pobre, que vai encontrar no serviço autônomo e na auto-organização social, comunitária, grupal etc. seus caminhos de realização. Essas novas formas disfarçadas do serviço público apenas traem a permanência da necessidade da intervenção do Estado no provimento das necessidades básicas das classes trabalhadoras, expostas à ganância do capital, ao mesmo tempo que determinam uma forma diferenciada em sua gestão: o trabalhador não adquire os direitos de servidor público, que, com contradições que apresentam aspectos positivos e negativos, representam em nossos dias uma cota razoável da produção social que é apropriada por um segmento da classe trabalhadora em detrimento dos capitalistas.

É também importante observar que toda grande obra gerada pela necessidade social, ao longo da história, foi sempre tarefa coletiva e, assim sendo, pública, pela impotência individual no provimento desses serviços. Instalação de infraestrutura social de água, esgotos, eletricidade e gás, por exemplo, é sempre fruto de um trabalho coletivo, mesmo quando exercido sob controle e apropriação privados. Já alguns outros serviços continuam coletivos na execução, mas não se configuram como campo de apropriação privada de lucros, sendo assim desinteressantes para o capital. Eis como se dá a definição capitalista do que, na estrutura do Estado, deve ser privatizado ou extinto.

Por outro lado, a necessidade de romper com o imobilismo, a lentidão e a burocratização do serviço público, conforme estruturado e organizado pela política burguesa ao longo do século XX, aponta para a reestruturação do serviço público sob outras formas de organização menos hierarquizadas, mais democráticas em seu funcionamento interno e sujeitas ao permanente controle popular. Esse novo "modelo" permitiria superar os problemas inerentes à estrutura pública anterior, que tende ao corporativismo pela incorporação das contradições do sistema social capitalista. Essa forma democratizada,

ao mesmo tempo, não se configuraria como “tampão” de contradições sociais, mas como espaço de aprendizado político e de consciência de classe.

Resta claro, sob este enfoque, que o espaço dos serviços públicos é necessário e inevitável em qualquer sociedade, apenas ampliando-se pelo provimento de necessidades decorrentes da “exclusão social” determinada pelo capitalismo. O trabalho necessário aos serviços sociais será sempre coletivo, e assim, sob uma organização mercantil-monetária das relações sociais, como é o caso das sociedades do capital, será pago pela sociedade. A questão de que essas tarefas sejam exercidas por instituições públicas ou pela iniciativa privada é a de decidirmos se, a este montante ou valor necessário, queremos acrescentar outro importe destinado a saciar a voracidade lucrativa do capital privado.

No quadro permanente desse embate de forças, o desenvolvimento de uma concepção contra-hegemônica que promova avanços sociais é uma conquista lastreada na mobilização somente permitida pela elevação da consciência política de classe. O estabelecimento, por exemplo, de um salário social para todos os membros da sociedade, o encaminhamento da redução da jornada de trabalho com a ampliação do tempo livre, o estabelecimento das bases de um novo pacto internacional para o desenvolvimento social em todos os países, nações e culturas do mundo, bem como a estruturação de uma série de práticas sociais anticapitalistas, significarão uma tarefa hercúlea, somente possível com o concurso de pessoas, grupos e classes comprometidos com a superação do capitalismo. Essa construção coletiva deverá, além disso, estar enraizada de forma prefigurada ou embrionária na práxis de resistência dos setores subalternos de hoje, desenvolvendo-se a partir deles e reforçando-os no sentido do estabelecimento de processos de desenvolvimento social anticapital.

A dificuldade concreta é que ninguém sabe, de antemão ou exatamente, como e quais serão esses processos, nem como instaurá-los ou deflagrá-los. Essas práticas serão engendradas pela dinâmica dos processos de luta e organização anticapitalis-

ta dos próprios setores subalternos. Esta é a grande dificuldade e, ao mesmo tempo, a riqueza histórica da nova sociedade ainda utópica, mas enraizada nas contradições da realidade atual. Dessa forma, deverá ser descoberta, edificada, desenvolvida, por dentro e contra a atual ordem estabelecida e o senso comum que a coteja. Deverá estar articulada e engrenada com suas contradições. Tal tarefa somente se tornará possível com a elaboração de uma nova perspectiva política e social que inclua o papel central para uma educação politizadora.

As contradições do sistema capitalista, por si mesmas, levando permanentemente à crise em níveis cada vez mais globais e aprofundados, contribuirão com o cenário em que novos paradigmas societários se farão necessários para motivar a ação dos grupos, das classes e dos indivíduos. Contradições, no entanto, e seu produto direto, as crises, apontam para o esgotamento de um determinado modo de produção, não para a nova forma social-produtiva que o deverá suceder. E esse ponto foi mal compreendido pelos movimentos políticos progressistas por demasiado tempo. O novo modo de produção, ou, num nível mais acanhado, o novo modo de regulação social, deverá ser engendrado pela práxis dialética cotidiana de uma maioria politicamente educada da sociedade. A educação deverá basear-se num enfoque humanista radical que inclua a compreensão crítica do atual modo de produção sob controle do capital e das formas e caminhos de sua superação.

O processo educacional e político necessário a que se atinja o patamar de consciência social deverá levar para além da organização social burocrática e pragmática vigente e, por igual, irá além do modelo educativo atual centrado na escola e no dualismo do ensino profissionalizante e propedêutico. Vinculando escola e movimentos sociais, trabalho e educação, estudando os processos sociais e aprendendo em suas práticas, a educação tornar-se-á uma prática social efetivamente articulada com a produção e reprodução da vida social, desenvolvendo o que Gramsci chamava de Teoria da Práxis.

Tal modelo de organização social inédito (utópico, no sentido estrito do termo) pressupõe uma nova hegemonia, e ideias hegemônicas não são impostas, mas desenvolvidas em uma espécie de guerra de trincheiras entre os antigos e os novos paradigmas, usando as instituições sociais como campo de batalha. O papel dos intelectuais comprometidos com essa mudança não é agradável aos grupos e às classes dominantes, mas é bem mais sério do que a posição fácil e amena de ser "pragmático" e seguir as modas teóricas do momento, como bem o descreve Chesnais (1996, p. 43).

O balanço não é muito positivo, mas é necessário descrever a situação tal como ela é. Não é o caso de fazê-la mais bonita para melhor declará-la "irreversível" e empurrar a sociedade à conclusão de que a adaptação é a melhor resposta. É exatamente o oposto. Este trabalho almeja aqueles a quem a primeira ação reflexiva não é a submissão a esta ordem social como ela é, mas que tentam entendê-la e discuti-la, buscando, eventualmente, descobrir novos caminhos, diferentes daqueles que nos são impostos. Este papel crítico dos intelectuais parece ser mais necessário que nunca.

Referências Bibliográficas

BRECHT, Bertold. *Poemas, 1913-1956*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

ENGELS, Friedrich. *The condition of the working class in England*. Moscou: Progresso, 1973.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LUKÁCS, Georg. *The ontology of Social Being*. Londres: Merlin Press, 1980.

MARX, Karl., ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-omega, 1975. v. 1.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MÉSZÁROS, István. *Beyond capital*. Londres: Merlin Press, 1995.

_____. L'incontrollabilità del capitale e la sua globalizzazione. In: _____. *Globalizzazione e transizione*. Milão: Ed. Punto Rosso, 1998.

PAIVA, Vanilda. Inovação tecnológica e qualificação. *Educação e Sociedade*, n. 50, abr., 1995.